

BRINCAR BRINCANDO

Trabalhando o ECA

Autores: Naiane Soares SILVEIRA¹, Yasmin Padilha SANTOS¹, Klebler ERSCHING².

Identificação autores: 1Bolsistas FNDE, 2Orientador IFC-Campus Camboriú.

RESUMO

O Programa de Educação Tutorial (PET) do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú, busca realizar atividades extracurriculares de pesquisa e extensão que complementem a formação acadêmica de seus integrantes. Para atender este objetivo, os bolsistas do PET aplicam a alguns anos, oficinas de aprendizagens em escolas da região do campus. Neste ano, a oficina de extensão denominada Brincar Brincando, apresentou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para crianças de duas escolas distintas da região, proporcionando atividades lúdicas e integradoras, a fim de apresentar aos mesmos os direitos da criança e do adolescente presentes no estatuto.

INTRODUÇÃO

Nos estudos a cerca da pedagogia, existem diversas correntes que falam sobre a importância do lúdico durante as atividades. Uma importante corrente que defende a liberdade da criança e sua felicidade durante o processo de aprendizagem é a de Maria Montessori (1965). Sua corrente enfatiza a autonomia durante o processo de ensino-aprendizagem. Utilizando-se desta corrente pedagógica o PET decidiu organizar a oficina Brincar Brincando, deixando as crianças livres para construir o conhecimento a partir de atividades feitas em sala.

Ao longo dos anos anteriores a oficina Brincar Brincando proporcionou momentos de brincadeiras, fazendo o uso de brinquedos antigos e brincadeiras sem grandes recursos tecnológicos. Com o intuito de proporcionar as crianças tipos de brincadeiras variadas que provavelmente fizeram parte da infância de seus familiares.

No ano de 2017 o PET reformulou oficina Brincar Brincando, mantendo o aspecto lúdico, porém enfatizando as leis e os órgãos que protegem os jovens e as crianças. Ao trazer esta nova proposta de atividade foram selecionadas duas

escolas da cidade de Camboriú e turmas de terceiro e quinto ano do ensino fundamental.

As atividades da oficina foram organizadas de maneira que fosse necessário um turno letivo para sua realização, divididas entre três e cinco momentos distintos e direcionados a apresentação e conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990). Até o momento, a oficina Brincar Brincando, reformulada, foi aplicada a uma turma de terceiro ano da E.E.B. Prof. Amadio Dalago, com aproximadamente trinta alunos e em uma turma de quinto ano da E.B.M. Professor Artur Sichmann com cerca de 35 alunos

METODOLOGIA

A oficina sobre o ECA tem como principal objetivo desenvolver atividades que permitam as crianças identificarem seus direitos e deveres assegurados por lei. O tipo de abordagem escolhida segue a linha construtivista de Piaget (1926 apud Fossile, 2010), onde as crianças quando interagem com o mundo a sua volta, passam a atuar e a mudar a realidade que as cercam. A partir destes pressupostos, adotou-se procedimentos metodológicos distintos que respeitassem a faixa etária dos alunos contemplados com a oficina. A turma de terceiro ano da E.E.B. Prof. Amadio Dalago teve suas atividades divididas em cinco procedimentos metodológicos:

- 1º) A ministrante inicia junto aos alunos a construção de um mapa conceitual, utilizando a palavra-chave " ECA". Após os alunos conceituarem ECA de maneira livre, inicia-se o segundo procedimento.
- 2º) Uma pequena introdução sobre a sigla é explicitada e as crianças assistem dois pequenos vídeos, onde o primeiro fala sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e o segundo mostra a visão de outras crianças sobre as leis que os protegem.
- 3º) É entregue a cada criança uma folha. Nesta folha a criança deve fazer uma representação na forma de desenho do direito/artigo da lei em que mais ela se identificou.

4º) Após a apresentação de conceitos do ECA, os alunos refazem o mapa conceitual utilizando-se da mesma palavra-chave "ECA", para que seja feita uma síntese do conteúdo e fique evidente o conhecimento absorvido pelos mesmos.

5º) Divididos em duplas, os alunos recebem folhas com um jogo da memória para pintá-las e recortá-las, para assim, poderem jogar e analisar qual dos jogadores conseguiu o maior número de direitos.

A oficina com a turma de quinto ano foi organizada com procedimentos diferenciados que respeitassem a faixa etária dos mesmo e também que atentasse a um pedido da professora, para que houvesse uma produção textual. Os procedimentos para a turma foram os seguintes:

1º) A ministrante apresenta-se e dá início a uma conversa informal sobre o ECA, após isso os alunos mostram seus conhecimentos pré adquiridos sobre o tema.

2º) É feita a leitura de uma história em quadrinhos da Turma da Mônica em grande grupo, história essa que apresenta por completo o ECA utilizando-se de uma linguagem didática e informal.

3º) Após a leitura da história, inicia-se uma produção textual com o grande grupo, onde a ministrante apresenta dez palavras chaves e a turma em comum acordo vai elaborando uma história.

4º) Ao utilizarem as dez palavras chaves a ministrante pede para que os alunos façam em seus cadernos finais diferentes para a mesma história e os compartilhem com a turma.

A metodologia foi elaborada de maneira que permita ao aluno refletir as questões abordadas em sala de aula, relacionadas ao suporte legal que os mesmos recebem/possuem direitos, tendo em vista a importância da relação entre sujeito e sociedade.

A comunicação entre os elementos do processo educativo estimula o pensamento. Assim, a sala de aula deve ser vista como uma comunidade educativa engajada em atividades de discussão, reflexão e tomada de decisões. Os alunos, e não o professor, são responsáveis pela defesa, [...] justificativa e comunicação de suas ideias para a comunidade da sala de aula. Essas ideias serão aceitas à medida que fizerem sentido para a comunidade (LAKOMY, 2003, p. 35).

Apesar de atualmente o método construtivista não ser tão inovador, ele deve fazer-se presente em salas de aula com o compromisso com uma educação facilitadora e que faça os jovens interagir de maneira efetiva em seu meio social.

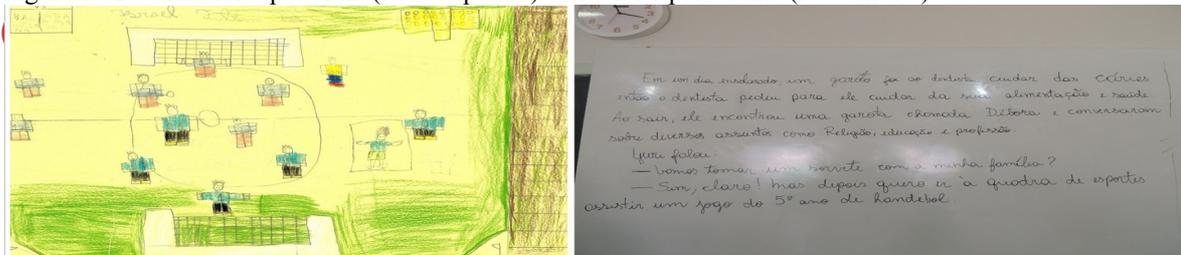
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Usando desta proposta de oficina e atuação em séries iniciais, buscou-se alcançar resultados significativos na sociedade educacional do município, estes foram:

- Ofertou-se aos jovens um conhecimento aprofundado das leis e dos órgãos que asseguram seu bem-estar físico, mental e social;
- Trabalhou-se assuntos complexos, como: abandono, abuso sexual, trabalho infantil e outros, de maneira leve, não traumática e facilmente compreendida pelos alunos participantes da oficina;
- Deu-se suporte para que os alunos identifiquem situações de negligência e saibam como atuar e a quem recorrer nestes casos;
- Apresentou-se a instituição Instituto Federal Campus Camboriú nas escolas da rede pública do município, para que o trabalho de excelência existente no campus seja conhecido de maneira ampla no meio social;

Os alunos demonstraram ao longo das atividades terem compreendido as leis que os protegem e o que elas evidenciam. Essa constatação foi possível através dos diálogos durante a oficina e principalmente com base nas atividades feitas pelos mesmos como mostra a figura 1

Figura 1: Desenho feito por aluno(lado esquerdo) Texto feito pela turma (lado direito)



Fonte: Autores.

A figura um demonstra claramente o entendimento dos alunos em relação ao ECA, pois em ambas turmas e atividades estes representaram direitos da criança e do adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo ser é protegido por lei e com os jovens e as crianças não é diferente, porém inúmeras vezes este tema não é abordado nas escolas. Neste contexto, os alunos do PET IFC – Cam buscam levar este conhecimento aos alunos da rede pública para que os próprios possam ser agentes transformadores e até mesmo, fiscalizarem a si e a pessoas ao seu redor.

A proposta da oficina Brincar Brincando da equipe PET é fundamentalmente voltada para isso, levando as crianças este Estatuto repleto de leis que buscam o pleno bem-estar infantil. Neste contexto, através da aplicação da oficina, mostrou-se o quanto elas fazem parte da sociedade, o quanto são importantes para o futuro do nosso país e que existem muitas pessoas e órgãos engajados na busca pelo real funcionamento destes direitos.

REFERÊNCIAS

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente** LEI Nº 8.069, 13 de Julho 1990. Presidência da República. Brasília-DF.2004.

LAKOMY, A.M. **Teorias Cognitivas da Aprendizagem**. SÃO PAULO: Ibpex,2003.

Fossile, D,K.; **Construtivismo versus sócio-interacionismo**: uma introdução às teorias cognitivas. Revista ALPHA. Patos de Minas: UNIPAM, (11): 105-117, ago. 2010

MONTESSORI, M.T.A. **Pedagogia Científica**. SÃO PAULO: Flamboyant,1965.